

UGEIRM

SINDICATO

DOS ESCRIVÃES, INSPETORES E INVESTIGADORES DE POLÍCIA-RS

Rua Lobo da Costa, 480 - Porto Alegre - RS - Cep 90050-110

Jornal da UGEIRM - Filiado à Feipol - Sul / Sudeste - Janeiro a maio de 2011



Envelopamento autorizado.
Pode ser aberto pela ECT

DEVOLUÇÃO GARANTIDA

CORREIOS

Impresso Especial
9912253790DR/RS
Ugeirm Sindicato
CORREIOS

PARA USO DOS CORREIOS

<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> CEP
<input type="checkbox"/> CEP	<input type="checkbox"/> NÃO HÁ Nº INDICADO
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO	

Reintegrado ao Serviço Postal em

RESPONSÁVEL

**Novo parecer da PGE
nega integralidade na
aposentadoria**

Página 4



**Pacotarso tira
dinheiro do bolso de
servidores**

Página 5



Reinaugurado Hotel de Trânsito da Ugeirm

O sindicato reinaugurou o Hotel de Trânsito em Porto Alegre. As instalações foram totalmente revitalizadas e oferecem muito mais conforto aos policiais filiados à Ugeirm.

Os 11 quartos, com 30 leitos ao todo, têm ambientes climatizados e banheiros privativos. Camas e roupeiros foram especialmente projetados para cada um dos ambientes. Roupas de cama e toalhas são novas.

A sala de estar está mais ampla, com estofados novos e TV de tela plana. Foram adquiridos eletrodomésticos novos para a cozinha. A área externa agora conta com área de lazer e churrasqueira. Há ainda dois banheiros nesta área de convívio.

A reforma no prédio também foi de ordem estrutural, com novas instalações elétricas e de abastecimento de água. Portas, janelas e esquadrias foram trocadas. Seja bem-vindo: a casa é sua! Página 6



Com o pé esquerdo

O governo Tarso Genro completou 130 dias e não há nenhuma mudança ou proposta para resolver problemas de atendimento ao cidadão que precisa de mais segurança pública, tampouco as agruras de policiais que sofrem com omissões e negativas do Estado.

Também não houve negociação efetiva com os canais responsáveis para resolver questões urgentes da Polícia Civil. Criou-se uma instância institucional de diálogo, o Codipe, que mais parece uma antessala a retardar decisões que deveriam ser inadiáveis.

A mudança mais nítida implementada pelo atual governo até agora foi o corte de 10% na quota mensal de horas-extras de policiais civis. Não houve justificativa. Ninguém sabe explicar a razão do corte se temos a metade do efetivo previsto.

Outras ideias reunidas no "pacotarso" não tardam a sair do papel. São elas: aumentar o desconto previdenciário, mudar o IPE para futuros servidores, constranger o pagamento de RPV e criar uma taxa de inspeção de veículos.

Enquanto isso, persistem os plantões de sobreaviso sem nenhuma remuneração em várias cidades do interior. Não há mudança nas promoções, nem notícia de um plano de carreira.

Pior: seguem os constrangimentos acerca da aposentadoria dos policiais civis apesar do julgamento do STF. O candidato Tarso Genro comprometeu-se em respeitar o direito de aposentadoria para quem exerce atividade de risco, mas nada fez até agora.

Também não existe definição de política salarial. O governo anunciou como sua iniciativa o cumprimento da lei 13.414/10, que reservou 111 milhões para a matriz salarial em 2011. Não há garantias ou discussões para a matriz nos próximos anos.

A matriz foi criada para corrigir perdas históricas acumuladas se houver resultado fiscal positivo, mas vem sendo usada como única ferramenta há cinco anos. Em 2011, não foi sequer corrigida a inflação do ano passado e não existe nenhuma política salarial sendo discutida pelo atual governo.

Tarso começou com o pé esquerdo.

Mulher, violência e trabalho

Sônia Aparecida A. Moreira*

Com a nossa luta cotidiana em defesa das mulheres, conquistamos avanços nas políticas públicas em apoio à mulher vítima de violência. A lei Maria da Penha foi uma dessas conquistas. Mas pergunto: a violência contra a mulher diminuiu? A mulher está sendo mais respeitada?

O que vejo, mesmo sem me aprofundar em estatísticas oficiais, é o aumento do número de mulheres vítimas de violência doméstica. Também me parece aumentar a quantidade das que são vítimas do crime organizado. Não são apenas mulheres que, por serem companheiras de criminosos, terminam por se articular em quadrilhas, especialmente do tráfico. Falo de mulheres que, num contexto social adverso e violento, ficam caladas ou se omitem ante o crime e a violência.

A despeito de terem mais escolaridade, em média, as mulheres ainda ganham menos que os homens - mesmo quando ocupam a mesma função. O racismo, a pobreza e a exploração sexual são outros temas que continuam na

agenda do movimento de mulheres.

As mulheres historicamente são exploradas, inclusive nos momentos de guerra. Os homens iam para as batalhas e elas seguiam sustentando suas famílias. Como sabemos, até hoje, são elas que cumprem jornadas contínuas, pois trabalham "fora", cuidam dos filhos, cuidam da casa - e não é raro não terem nenhum reconhecimento pelo esforço efetivamente empreendido, pois esse trabalho não tem correspondência em renda.

Para policiais que trabalham no atendimento direto à mulher vítima de violência, onde crimes infelizmente se repetem, mudando apenas os atores, podemos até achar que estamos "enxugando gelo". Mas não podemos, jamais, permitir que isso se traduza em perda de motivação e da capacidade de se indignar.

A violência não pode ser banalizada. Sabemos que ela não é democrática. São os rapazes das periferias a maioria, como autores ou vítimas, dos homicídios. Mas a violência que a mulher sofre é peculiar: um homem jamais vai ser discriminado, retaliado ou subjulgado por ser homem. Este é um tipo de violência que acomete mulheres.

Mais um dia 8 de março se passou. Temos que seguir lutando por mais autonomia, respeito, dignidade e condições isonômicas de tratamento. É bom que tenhamos mulheres ocupando espaços de poder, mas somente isso não basta. Transformar uma realidade cultural demanda esforço muito maior, contínuo e crescente.

Como policial, ainda somos minoria, mesmo sabendo que somamos hoje muito mais mulheres do que há 20 anos. O Rio Grande do Sul tem cerca de 5,9 mil policiais civis e, desse total, 1,6 mil são mulheres. As mulheres ocupam hoje mais espaço em diversas áreas, inclusive na segurança pública, que ainda é um segmento majoritariamente masculino. É bom para a sociedade ter mais mulheres em todos os espaços, pois elas ajudarão a todos, homens e mulheres, a compreender o sentido de uma sociedade mais justa, o que inclui, é claro, o respeito às diferenças de gênero.

* Sônia Aparecida Araújo Moreira é escritora de Polícia lotada no Posto Policial da Mulher de Vacaria e diretora financeira adjunta da Ugeirm.



ARARA

Pacotarso

Qual a diferença do Pacotarso para as tentativas de Yeda e de Rigotto em aumentar tributos e de destruir o IPE?

Habitação

Fica isento do Pacotarso o policial que conseguir um financiamento habitacional pelo termo de cooperação assinado entre Estado do RS (Pronasci) e CEF. É mais difícil que entrar na casa do BBB.

Sobreaviso 1

Otoridade de cidade da região serrana impede servidor de sobreaviso de utilizar a viatura para seus deslocamentos e se nega a conceder folga depois do plantão. Ameaça com sindicância quem se recusar a atender a ocorrência. Será que o DPI consegue um cavalo para o colega fazer seus deslocamentos?

Promoções

A PC é uma instituição que preserva as

tradições. As promoções têm pouquíssimas vagas e, novamente, estão atrasadas.

Aposentadoria especial

Se não resolver a questão da aposentadoria especial (já resolvida pelo STF), o governo não vai poder mais criticar a herança maldita do governo Britto, tendo em vista o passivo de dívidas resultantes de futuras ações judiciais.

Incompetência ou má-fé

Algumas regionais resistem a encontrar solução caseira para o plantão de sobreaviso no interior. Das duas, uma: ou falta competência administrativa, ou ensaiam postura de confronto com orientações definidas pela Chefia de Polícia e Departamento de Polícia do Interior (DPI)

Lutador

O inspetor Rafael de Moraes, da última turma, também é atleta. Ele pratica MMA de quimono: uma mistura de artes marciais ainda pouco difundida no Brasil. Com equipamentos especiais de proteção, são validados golpes com pernas, braços e cabeça. Este ano, Rafael participou de um campeonato mundial da mo-

dalidade na Rússia. Sem patrocínio, pagou as despesas do deslocamento internacional do próprio bolso. Mesmo tendo que dividir treinamento com as atividades policiais, ele conquistou o quinto lugar de sua categoria.

Andar Superior

Não basta aos Procuradores do Estado salário de quase R\$ 20 mil por mês. Mais uma vez, parece que negar direitos aos policiais civis é sua atribuição.

Amigos do governo

Como em todos os governos, no do PT não foi diferente: alguns amigos petistas foram promovidos por merecimento à revelia da posição na lista. Agora já se vê movimentações semelhantes. Dizem que o que não falta é pedido de favor para os afilhados políticos. Esperamos que desta vez a polícia não permita o esquemão do QI.

QI ou PhD

Aliás, comenta-se que a falta de vagas para promoção é tanta que não basta mais ter um QI. Agora é preciso ter um PhD (Perto dos Homens que Decidem).

Mudanças no atendimento jurídico

Além de ações do interesse da categoria, escritório Bergamaschi Advogados Associados vai representar filiados em processos administrativos e criminais relativos à atividade policial

O escritório Bergamaschi Advogados Associados foi contratado para prestar assistência jurídica aos filiados. Durante o atual processo de transição, que possivelmente será concluído em junho, o atendimento pessoal será na sede do sindicato às tardes de terças e quintas.

Em breve, instalações físicas adequadas vão permitir a ampliação do atendimento pessoal. As urgências devem ser comunicadas à Ugeirm através do telefone (51) 3225-1707.

Além de ações específicas do interesse da categoria, o escritório Bergamaschi Advogados Associados também vai representar os filiados do sindicato em sindicâncias e processos administrativo-disciplinares. Também ficam a cargo do escritório eventuais processos criminais relativos à atividade policial.

Atendimento e contatos

De modo a evitar transtornos e ga-

rantir a boa assistência jurídica, pedimos para que todos os policiais que respondam a sindicâncias (ou a PADs) informem o escritório dos respectivos expedientes. Preferencialmente, o policial deve fazer contato pelo endereço eletrônico atendimento@bergamaschi.adv.br.

A comunicação de tais expedientes deve ser feita tanto nos casos em que prazos para a apresentação de defesa estejam em curso como naqueles em que nenhuma audiência tenha sido agendada.

“Tendo em vista o momento de transição, em que diversas providências estão sendo encaminhadas, o atendimento pessoal ficará limitado às tardes de terças e quintas. Agora têm preferência os casos urgentes ou que tenham prazo de apresentação de defesa. Em breve, possivelmente no mês de junho, o escritório terá instalações físicas adequadas à ampliação do atendimento pessoal”, explica o advogado Luís Alberto

Bergamaschi.

O escritório mantém orientação para que todos os casos sejam reportados, preferencialmente, por e-mail. “Ainda que a gente não esteja conseguindo responder prontamente a todas as mensagens recebidas, pois são muitas e diversas as demandas, todos terão retorno. Reiteramos nosso empenho em bem atender a todos”, acrescenta a advogada Paula Bergamaschi.

Horn Advogados

O escritório Horn Advogados Associados continua a conduzir as execuções de atrasados referentes aos 19% e aos descontos indevidos do IPE, bem como as ações que reclamam pagamento da matriz salarial. Dúvidas ou pedidos de esclarecimentos sobre as execuções em curso podem ser encaminhadas diretamente à Ugeirm. O telefone do sindicato é (51) 3225-1707 e o e-mail é ugeirm@ugeirm.com.br

Ajuizada ação para reajuste da Etapa de Alimentação

Foi ajuizada ação da Ugeirm para corrigir o valor da etapa de alimentação. Em 2010, a Assembleia Legislativa aprovou lei elevando o valor unitário do vale-refeição de 4,35 reais para 6,33 reais, mas não foi corrigido, “na mesma data e com o mesmo índice” o valor da etapa de alimentação dos policiais civis plantonistas, conforme dispõe a lei 12.316/05.

O advogado Luís Alberto Bergamaschi esclarece que esta ação é diferente das

diversas ações individuais que reclamam integral correção da imensa defasagem acumulada no cálculo da etapa de alimentação e do vale-refeição. Tais ações individuais continuam tramitando e aguardam julgamento de precedentes pelo Pleno do STF (leia mais nesta página).

“Esta nova ação busca a correção, com mesmo índice [cerca de 45%] e na mesma data [abril de 2010] que entrou em vigor a lei 13.429/10, aprovada pela Assembleia

Legislativa. Neste caso, a Ugeirm é a autora da ação”, explica o advogado.

A ação foi distribuída para a 3ª Vara da Fazenda Pública, onde o juiz Martin Schulze se declarou incompetente. O processo seguiu para o Juizado Especial da Fazenda Pública, mas o juiz Ângelo Furlanetto Ponzoni requereu ao Tribunal de Justiça que decida sobre o conflito negativo de competência. O TJ/RS ainda não se manifestou.

Ação para reaver valores do desconto previdenciário sobre férias

A Ugeirm vai ajuizar ação judicial para reaver os descontos previdenciários que incidiram indevidamente sobre o adicional de férias. Serão feitas ações individuais. Carta explicativa e os modelos de documentos necessários estão disponíveis no site do sindicato.

Os descontos previdenciários sobre o adicional de férias deixaram de ser feitos em agosto de 2010, conforme o parecer 15.362, da PGE. O Estado, todavia, não estabeleceu cronograma de pagamento dos valores descontados indevidamente nos anos anteriores.

A PGE orientou o Estado a pagar, sem juros, os valores referentes aos descontos efetivados em cinco anos anteriores. Todavia, em abril de 2011, a Polícia Civil sublinhou a inexistência do cronograma de pagamento que deveria

ser elaborado pela Secretaria de Fazenda (Sefaz).

A ação judicial vai reclamar o pagamento dos valores corrigidos, isto é, com juros. Inativos podem ajuizar esta ação

se houve aposentadoria após o ano de 2006. Dúvidas ou necessidade de esclarecimentos adicionais podem ser saldados pelo e-mail atendimento@bergamaschi.adv.br.

Documentos necessários

- 1) Procuração (preenchida e assinada)*
- 2) Declaração de AJG (preenchida e assinada)*
- 3) Contrato de Honorários (preenchido e assinado)*
- 4) Fotocópia da Identidade Funcional
- 5) Fotocópia do último contracheque expedido
- 6) Fotocópia dos contracheques, a partir do ano de 2006, em que recebeste o terço constitucional de férias.
- 7) Aposentados devem juntar fotocópia do ato de aposentadoria publicado em Diário Oficial

*Modelos disponíveis em www.ugeirm.com.br

Imposto sindical

Os policiais civis, tal como aconteceu no ano passado, foram surpreendidos pelo desconto do imposto sindical no contracheque de março de 2011. O sindicato manifestou-se judicialmente para suspender o repasse dos valores descontados a entidades que dizem atuar na defesa de policiais dos quais a Ugeirm é a única representante.

Trata-se de um desdobramento de ação judicial ajuizada, em julho de 2009, pela Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado do RS (Fessergs) e da Confederação de Servidores Públicos do Brasil (CSPB). Uma decisão liminar determinou o desconto a várias categorias em março do ano passado.

A Ugeirm não é, nem nunca foi, filiada à Fessergs ou à CSPB. O sindicato ratifica sua posição contrária à cobrança do imposto sindical. O mérito da ação ainda não foi julgado e a Ugeirm está habilitada nos autos do processo como “terceira interessada”.

O Cpers foi a primeira entidade a se habilitar como “terceira interessada” na ação ajuizada pela Fessergs e CSPB. O judiciário já decidiu que o desconto não deve incidir para o magistério estadual. A Ugeirm requereu que seja aplicado aos policiais que representa entendimento similar ao dispensado aos professores.

A Ugeirm requer estorno dos valores descontados e a não efetivação dos repasses de valores às entidades autoras da ação. Além de enfrentar o mérito da ação, o sindicato defende que seja delimitado, excluindo os policiais, o efeito da liminar que autorizou os descontos.

STF reconhece repercussão geral em ação do vale-refeição

O STF reconheceu repercussão geral do RE 607607, que trata do reajuste do vale-refeição de uma servidora. O relator é o ministro Marco Aurélio Mello. Desde então, todas as ações individuais ajuizadas em favor de policiais civis vêm sendo sobrestadas (suspensão de andamento) pelo TJ/RS com o mesmo fundamento. Isto é, a Justiça gaúcha indica que vai aguardar este julgamento.

Trata-se de um processo muito mais recente que o RE 428991, que envolve um grupo maior de professores. A partir do voto do ministro Marco Aurélio Mello, a 1ª Turma do STF decidiu favoravelmente aos professores, mas o Estado interpôs embargos de divergência, ainda sem julgamento no Pleno da Suprema Corte. O RE 428991 foi distribuído à relatoria da ministra Ellen Gracie em março de 2010, mas ela ainda não apresentou seu voto.

A manifestação do Pleno do STF vai repercutir em decisões da Justiça gaúcha sobre os pedidos de reajuste da imensa defasagem do vale-refeição em favor de policiais civis, bem como nas ações individuais que pretendem a correção dos valores referentes à etapa de alimentação recebida pelos plantonistas.



Novo parecer da PGE nega proventos integrais na aposentadoria de policiais

STF julgou recepção da lei 51/85 e o candidato Tarso Genro prometeu respeitar aposentadoria especial

Foto: Caco Argemi / Palácio Piratini

Mais de seis meses se passaram desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que a lei 51/85 é vigente (RE 567110). A Procuradoria Geral do Estado (PGE), em maio, orientou o Rio Grande do Sul a seguir negando proventos integrais, bem como direito de paridade entre ativos e inativos, para o policial que cumpre a regra 20 + 10.

O parecer 15.463 responde a dúvidas levantadas pela Secretaria de Administração e de Recursos Humanos (SARH) para aplicar a orientação contida no parecer 15.361, de outubro de 2010. A titular da SARH, Stela Farias, informou que poderá realizar nova consulta antes de adotar a orientação recebida no dia 18 de maio. O novo parecer ainda não havia sido publicado no fechamento desta edição.

Sustenta a PGE que ainda não houve registro do trânsito em julgado no acórdão do RE 567110 e que outros recursos ainda "podem interferir nas conclusões" aprovadas por seu Conselho Superior. Assim, para ter direito à integralidade e à paridade, o po-

licial gaúcho deve cumprir, se homem, 35 anos de contribuição e 60 anos de idade.

A PGE não busca argumentos no RE 567110, específico sobre a lei 51/85, mas em sua própria interpretação de leis e de dispositivos constitucionais, num parecer da PGE/SP sobre uma lei estadual paulista (!), no texto de um projeto de lei ainda não aprovado (!! e também no acórdão do RE 560290, que versa sobre uma gratificação de magistério reclamada por professores paulistas (!!!).

Interpretação errada

Entre 2002 e 2010, a PGE orientou o Estado a negar direito à regra 20 + 10 amparada em sua própria interpretação da lei. Centenas de policiais foram instados a trabalhar cinco ou dez anos a mais por conta disso. Não existe decisão do STF a amparar a orientação caduca da PGE. Muito pelo contrário, o STF desde 2008 traz decisões que sustentam a validade da regra 20 + 10.

Mesmo sabendo que policiais gaúchos foram prejudicados pelo parecer 13.323/02, o novo parecer diz que o Estado não tem que revisar nenhum ato de concessão de aposentadoria do passado. Passado é... passado, diz a PGE. A regra 20 + 10 só



Procurador-Geral do Estado, Carlos Henrique Kaipper, acolheu parecer que nega direito de integralidade

vale para os policiais a partir do parecer 15.361. Não gostou? Vá à Justiça para reclamar indenização, porque o Estado não corrige erros do passado.

"Aconteceu com a Lei Britto. A PGE dizia que não tinha que pagar e o Estado foi condenado. Existe hoje um passivo judicial bilionário também por conta disso. E aí vem o atual governo e diz que gasta demais com essas dívidas e agora quer constranger até mesmo o pagamento de RPV. É uma irresponsabilidade com o contribuinte e uma injustiça sem tamanho com policiais", diz Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

Responsabilidade e litigância

"Não vamos abrir mão de cobrar a responsabilidade política deste governo. O governador quando era candidato esteve na Ugeirm e disse ser favorável à aposentadoria especial dos policiais civis, até porque a Polícia Federal tem esse direito. É a mesma lei. Outros Estados cumprem a lei 51/85. Não vamos permitir que este governo se esconda atrás da PGE. Tarso é responsável", acrescenta Ortiz.

A Ugeirm decidiu ajuizar ações em defesa dos direitos dos policiais (veja nesta página) também porque é impossí-

vel esperar ad infinitum por soluções. Situações como essas explicam a péssima colocação do Estado gaúcho em recente relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Dos 100 maiores litigantes, "mais da metade dos processos referentes à Justiça estadual tinha como parte o Estado do Rio Grande do Sul", diz trecho do relatório. O Estado gaúcho lidera disparado o ranking de litigantes da Justiça estadual, à frente de bancos e empresas de telefonia. O segundo ente federado que aparece na lista do CNJ é Pernambuco: está na posição 36.

Ação da aposentadoria especial

O sindicato reúne documentação de policiais para ajuizar ações referentes ao direito de aposentadoria especial, conforme disposto na lei complementar federal 51/85. Pode se aposentar, com proventos integrais, quem completou 30 anos de contribuição, desde que tenha 20 anos em atividade de risco.

O escritório Bergamaschi Advogados Associados vai ajuizar ações individuais. No site da Ugeirm, estão disponíveis modelos de documentos nos quais é necessária a assinatura do policial. Leia no site a carta informativa e assinale a alternativa adequada ao teu caso: se já se aposentou, com integralidade ou sem, se já cumpriu a regra 20 + 10, ou se está prestes a

completar o tempo exigido.

A documentação daqueles que já remeteram informações está sendo analisada minuciosamente. O escritório encaminhará e-mail de confirmação quanto à correção dos dados constantes dos documentos recebidos e notícia sobre o aforamento das ações.

"Para os policiais que estão em atividade, serão ajuizadas ações com pedido liminar visando à concessão imediata da aposentadoria especial ou a licença-aposentadoria do servidor. A ação também buscará indenização daqueles que trabalharam mais do que a regra 20 + 10", explica a advogada Paula Bergamaschi.

Os documentos devem ser remetidos para a Ugeirm: Rua

Lobo da Costa, nº 480, bairro Santana, Porto Alegre, CEP 9005-110. Dúvidas podem ser encaminhadas para o endereço atendimento@begamaschi.adv.br

Processos administrativos

Quem encaminhou pedido de aposentadoria e teve constrangido o direito de se aposentar após cumprir a regra 20 + 10 deve juntar cópia desse expediente. A mesma orientação vale para quem teve acolhida a regra 20 + 10, mas negados os direitos de integralidade e de paridade após cumprir o disposto na lei 51/85. Isto é, devem também juntar cópia do expediente administrativo (item 8 da lista de documentos).

Os policiais que ainda não

encaminharam pedido administrativo devem preencher e assinar uma procuração administrativa (item 9). Neste caso, o escritório irá, antes do ajuizamento da ação judicial, requerer administrativamente a aposentadoria nos termos da lei 51/85 para comprovar, de forma cabal, a pretensão resistida.

Documentos necessários:

- 1) Procuração Judicial (preenchida e assinada)*
- 2) Declaração de Assistência Judiciária Gratuita (preenchida e assinada)*
- 3) Contrato de Honorários (preenchido e assinado)*
- 4) Fotocópia da ident. funcional
- 5) Fotocópia do último contracheque

6) Histórico funcional completo expedido pelo portal do servidor

7) Resumo Funcional referente a Tempo de Serviço (capital: requerer junto ao setor de Cadastro do Palácio da Polícia (3288-2212); interior: requerer junto à Delegacia Regional)

8) Fotocópia integral do processo administrativo de aposentadoria especial (se houver)

9) Se não houver processo administrativo, procuração administrativa (preenchida e assinada)*

10) Aposentados: fotocópia do ato de aposentadoria publicada no Diário Oficial

*Modelos de documentos disponíveis no site da Ugeirm



Pacotarso tira dinheiro do bolso de servidores

Vem aí projetos de reforma da previdência, limites para pagar RPVs e uma nova taxa de inspeção veicular

A conta-gotas, o governo fez chegar à imprensa informações daquilo que Tarso Genro prefere chamar de “conjunto de medidas”. É a retórica oficial para evitar o popular “pacote”. Em vão: as ideias já são conhecidas como Pacotarso. O objetivo é elevar descontos previdenciários de 11% para 16,5% e extinguir o atual sistema para futuros servidores. Também se pretende constriar o pagamento de RPVs e criar uma taxa de inspeção veicular em nome de cuidados com o meio ambiente e com a saúde pública.

Tal como sua antecessora fez com o que chamou de “pacote de bondades”, Tarso promoveu vazamentos, nem sempre com informações corretas, para medir o grau de contrariedade dos atingidos. Entidades representativas de servidores são instadas a se manifestar sobre ideias que, até o fechamento desta edição, não haviam chegado à Assembleia Legislativa, onde poderiam ser consultadas.

Para quem instituiu um Comitê de Diálogo Permanente (Codipe), causa espécie o governo não ter até agora negociado de fato as mudanças. No dia 10 de maio, a coordenação do Codipe, a cargo de Stela Farias, titular da Secretaria de Administração e Recursos Humanos (Sarh), convidou sindicalistas a se retirar da instância de diálogo recém-criada pelo governo.

Previdência

Tarso pretende aumentar de 11% para 16,5% o desconto previdenciário para a parcela dos salários que exceder o teto



de 3.689 reais. Seria o maior índice entre trabalhadores brasileiros. Isso atingiria atuais policiais civis ativos, como veteranos a quem o governo nega direitos de aposentadoria, bem como inativos que são taxados há sete anos (após EC 41/03).

Registre-se que o teto de 3.689 reais, do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), vem baixando com o tempo. Quando foi criado, era equivalente a dez salários mínimos, ou 5.450 reais pelo atual valor do mínimo. Tal achatamento significa que, a cada ano, mais servidores gaúchos teriam que contribuir com 16,5% sobre parcela de seus salários.

A justificativa? A de sempre: combater o propalado déficit do sistema, trazido via numeralha manobrada. Também haveria um “um novo IPE” para os futuros servidores, com a promessa de sistema com contas azul-paráiso após décadas. O governo omite que há litígio judicial sobre a constitucionalidade de alíquotas diferenciadas que Tarso defende.

Para os futuros servidores, significa o fim do atual Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Além da elevação de alíquotas para a parcela que exceder o teto, seriam criados fundos de gestão. A arrecadação do novo sistema seria aplicada no sistema financeiro e os benefícios de aposentadoria, no futuro, ficariam em parte condicionados à rentabilidade das aplicações.

Dívidas judiciais

Quando uma dívida do Estado não excede 40 salários mínimos, ou excede pouco, o servidor com direito ao crédito tem chances de recebê-la ainda em vida. Como se sabe, os precatórios no Rio Grande do Sul, celebrizados pelas velhinhas da Praça da Matriz (muitas já falecidas), levam hoje mais de dez anos para serem pagos.

A alternativa mais célere é a Requisição de Pequeno Valor (RPV) para quem tem até 21,8 mil a receber. Em tese, a RPV deve ser paga em dois meses. O governo propõe reduzir para 30 dias as dívidas até

sete salários mínimos e ampliar para 180 dias aquelas entre oito e 40 mínimos. Se não cumprir prazos, diz-se, haveria pagamento de juros.

O governo alega que está comprometendo muito do orçamento com o pagamento de RPVs e, por isso, quer colocar freio no pagamento: máximo de 1,5% da receita líquida com pagamento de RPVs. Ao enrolar as RPVs, o governo parece querer apostar na morte (e no esquecimento ou briga de herdeiros) de quem tem dívidas judiciais de pequeno valor a receber.

Inspeção veicular

O terceiro item atinge os proprietários de veículos. Além do IPVA e das taxas para emissão de documentos, quem tem carro vai ter que fazer inspeção veicular todos os anos. Além de fila e disponibilidade de tempo, terá que pagar mais um tributo. A justificativa? Cuidados com meio ambiente e com a saúde pública. A Ugeirm desconhece formalmente o Pacotarso.

Matriz salarial

O governo pagou, em março, o que o sindicato conseguiu negociar com a aprovação da lei 13.414/10 para a matriz salarial. O montante total foi de 111 milhões de reais para BM, PC e Susepe – este ano, excepcionalmente, o IGP não foi contemplado.

A Ugeirm defende a correção de distorções da matriz. “Temos que assegurar o maior índice para o agente de primeira classe. Depois, todos os demais por ordem decrescente de salário”, defende Isaac Ortiz. Também é preciso assegurar recursos orçamentários.

A matriz reserva 15% do resultado fiscal positivo definido em lei. Esta conta, em 2011, teve resultado medíocre, inferior a 111 milhões de reais. Não há razão para acreditar que será diferente nos próximos anos.

“Precisamos ter garantias ou um gatilho para os próximos anos, além da definição de política salarial que não faça da matriz a única ferramenta de reposição”, finaliza Isaac Ortiz.

Veja abaixo os índices de 2011

Inspetores e Escrivães

- 1ª Classe – 4,43%
- 2ª Classe – 4,31%
- 3ª Classe – 4,16%
- 4ª Classe – 4,07%

Investigadores

- 1ª Classe – 4,59%
- 2ª Classe – 4,79%
- 3ª Classe – 4,59%
- 4ª Classe – 4,43%
- 5ª Classe – 4,31%
- 6ª Classe – 4,20%
- 7ª Classe – 4,12%

Governo corta horas-extras de policiais civis

Os policiais civis tiveram corte de cerca de 10% na quota mensal de pagamento da jornada extraordinária. Eram 33.971 horas-extras, reduzidas 30.580 por determinação do governo.

Não foi apresentada justificativa e não houve corte em outras corporações que recebem jornada extraordinária.

A Ugeirm levou a cobrança até à Chefia de Polícia. “Precisamos

aumentar a quota e não reduzir. A Polícia Civil precisa pagar até o limite de 40 horas-extras, especialmente no interior, onde ainda há sobreaviso sem nenhum pagamento”, diz Cláudio Abel

Wohlfahrt, diretor financeiro do sindicato.

A assessoria de comunicação da Sefaz informou que o pagamento seria normalizado “no segundo semestre”: não o foi até o

fechamento desta edição. As horas-extras começaram a ser pagas aos policiais civis em 2004, em cumprimento a uma das reivindicações da greve ocorrida naquele ano.

Ugeirm reinaugura **Hotel de Trânsito**

A partir de 16 de maio, a hospedagem na capital terá mais conforto para os filiados do sindicato

Fotos: Ricardo Rochedo

O sindicato reinaugurou o Hotel de Trânsito em Porto Alegre. Também para coincidir com a posse da diretoria eleita, a comemoração aconteceu no dia 19 de abril. A rotina de hospedagens estará normalizada em 16 de maio e os filiados do interior terão, a partir de agora, mais conforto quando estiverem em trânsito na capital.

Todos os quartos têm banheiro privativo, com ducha para banho. Todos têm ambiente climatizado com condicionadores de ar *split*. São 11 quartos coletivos, com dois, três ou quatro leitos em cada unidade. Ao todo, 30 leitos.

Foram comprados lençóis, fronhas, toalhas e travesseiros novos. Não existem mais beliches: todos os dormitórios são de móveis modulados e os roupeiros foram projetados para os diversos ambientes.

A sala de estar está mais convidativa. Foram comprados sofás e instalada TV de tela plana com canais a cabo. A recepção foi remodelada e a cozinha, com auto-serviço, também tem instalações novas. Foram adquiridos refrigerador, fogão e forno de micro-ondas.

A área externa tem fachada e iluminação novas. Nos fundos, foi criada uma área de lazer com churrasqueira, mesa e geladeira. Há ainda dois banheiros na parte externa.

Na estrutura do prédio, que tem nova divisão de espaço,

foram trocadas as redes elétrica, de abastecimento de água e de esgoto. O telhado foi feito. Piso, portas, janelas e esquadrias são novos.

“A reforma era uma necessidade. Tínhamos problemas estruturais, na rede elétrica, no piso, no forro, vários focos com infestação de cupim. Os sócios que vinham do interior reclamavam, pois fazem viagens longas e precisam de bom descanso. O hotel é dos filiados da Ugeirm e o sindicato está muito satisfeito em poder atendê-los com mais conforto”, diz o presidente Isaac Ortiz.

Preços e condições

Policiais filiados pagam 10 reais e é necessária reserva para evitar transtornos. O desconto em folha ainda é possível, mas o sistema do Tesouro exige a apresentação do contracheque do mês para obtenção do código de autenticidade.

Policial não-filiado paga 50 reais e não pode fazer reserva: a acomodação ficará condicionada à existência de vagas no momento da hospedagem.



Recepção remodelada: desde a entrada, é possível perceber a melhoria das instalações



Sala de estar: estofamentos novos e TV de tela plana em ambiente climatizado



Dormitórios: camas e roupeiros especialmente projetados



Cozinha de auto-serviço: eletrodomésticos novos



Lazer: área de convívio externa tem churrasqueira



Diretores eleitos e policiais de várias regiões...



... participaram das atividades de reinauguração do hotel



Chefe Ranolfo Vieira Júnior (centro) prestigia novo hotel

Reivindicações da categoria são apresentadas em audiências

Chefia de Polícia, secretarias de governo e deputados estaduais recebem demandas dos policiais civis

A Ugeirm manteve diversas audiências nos últimos meses para tratar de reivindicações da categoria. Em cada uma delas, os temas foram enfatizados conforme a área de atuação do(a) interlocutor(a), mas todos receberam a pauta integral do sindicato: aposentadoria, política salarial, promoções, sobreaviso, plano de carreira, horas-extras e gratificação de permanência.

A aposentadoria foi objeto da audiência com a PGE (página 4) e tema eleito como prioritário em todos os encontros. “Queremos solução urgente, não é possível esperar mais. Cobramos do Executivo e o Legislativo não pode se omitir”, resume Fábio Nunes Castro, vice-presidente do sindicato. Em reunião conjunta, Stela Farias (SARH) e Airton Michels (SSP) foram colocados a par do histórico da negativa de direitos, que já dura dez anos.

A secretária Stela Farias, titular da SARH, disse que poderá fazer nova consulta à PGE, que negou direitos de integralidade em novo parecer. “Vamos cobrar também do governador, porque ele se comprometeu, quando era candidato, a respeitar a lei 51/85, que, aliás, é a mesma lei que aposenta os policiais federais sem nenhum tipo de constrangimento”, acrescenta.

O sindicato também quer discutir com o Executivo a política salarial. A matriz salarial precisa ter distorções corrigidas para conferir ao menor salário o maior índice. Não existem recursos assegurados para os próximos anos. “A matriz precisa de garantias orçamentárias, precisa de gatilho, mas não pode e não deve excluir política de reajuste. É equivocado e injusto transformar a matriz em única forma de corrigir salários achatados”, entende Isaac Ortiz.

O plano de carreira, segundo os titulares da SSP e da SARH, deverá ser negociado no âmbito do Comitê de Diálogo Permanente (Codipe), também porque depende de estudo de impacto orçamentário do Grupo de Assessoramento Especial (GAE), vinculado à Sefaz. As tratativas ainda não

foram iniciadas e devem ter a participação da Chefia de Polícia. A Ugeirm integra o Codipe.

Chefia de Polícia

O gargalo das promoções precisa ser quebrado. O boletim regimental 70 revela que um agente policial precisaria hoje de 45 anos em atividade de risco para chegar ao final da carreira. O chefe de Polícia, delegado Ranolfo Vieira Júnior, informou que tem estudo para corrigir o problema e que o apresentaria ao sindicato depois de franqueá-lo à SSP. Existem, além disso, duas listas de promoção que não foram publicadas.

Juntamente com os delegados Mário Wagner e Antônio Vicente Vargas Nunes, ambos do DPI, a Chefia de Polícia diz estar empenhada em extinguir o plantão de sobreaviso tal como ele ainda existe em algumas regiões policiais. “Há o entendimento de que as soluções caseiras, em consenso com os agentes, precisam ser apresentadas”, diz Ortiz. As regionais de Caxias do Sul e de Osório realizaram, em maio, reuniões com os agentes e agora finalizam solução acordadas. Santa Cruz do Sul e Vacaria serão instadas a seguir. Outras regiões ainda apresentam problemas com o sobreaviso. A Ugeirm também levou à Chefia de Polícia reclamações recebidas por policiais de Nova Bassano (15ª Região).

Legislativo

O sindicato manteve audiência com o presidente da Assembleia Legislativa, Adão Villaverde, e com o deputado estadual Valdeci Oliveira, ambos do PT, além de encontros com outros parlamentares. “Os deputados precisam intermediar



Stela Farias (direita) e Airton Michels, durante audiência com diretores da Ugeirm



Chefe diz ter empenho para fim do sobreaviso



Ortiz e presidente da AL/RS, Adão Villaverde

negociações e soluções, sobretudo nos casos urgentes”, frisa Fábio Castro.

Os petistas disseram que encaminhariam as demandas do sindicato ao Executivo. Villaverde se comprometeu ainda a apoiar a revogação do decreto decrépito, do governo Yeda, que

estabelece o corte automático de ponto de servidores em greve. Valdeci Oliveira disse que iria encaminhar as demandas urgentes, como a aposentadoria, ao chefe da Casa Civil, Carlos Pestana.

A Ugeirm defende a aprovação da emenda do deputado

Pedro Pereira (PSDB) ao PLC 59/11. Adroaldo Loureiro (PDT) é o relator do projeto, de autoria do Executivo, que prevê aumento da gratificação de permanência para o magistério. O tucano apresentou emenda que contempla policiais civis no PLC 59.

Ugeirm participa do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Piso Nacional

Ao lado da Cobrapol e de sindicatos de vários estados, a Ugeirm vai marcar presença em Brasília, no dia 31 de maio, para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Piso Nacional. A PEC 300/446 pende de aprovação, em segundo turno, pela Câmara dos Deputados. Representantes de policiais militares brasileiros também vão se somar à luta.

O governo federal havia se comprometido em votar nosso

piso no ano passado, após negociar emenda substitutiva com representantes dos policiais civis e militares. Pelo acordo, será criado um fundo para ajudar estados em dificuldades financeiras e o valor do piso ficará definido em lei complementar federal a ser encaminhada em 180 dias.

Eleita, Dilma e ministros trataram de espalhar pânico com anúncio de uma suposta bomba fiscal, prontamente comprada por alguns segmentos de impren-

sa. Foram especulados até impactos financeiros. É mentira: não existe valor do piso definido na PEC que está para ser votada.

“Vamos retomar a luta pela aprovação do piso nacional. Grandes eventos esportivos estão agendados e a valorização salarial dos profissionais de segurança pública deve estar presente nos preparativos”, defende Cláudio Abel Wohlfahrt, diretor financeiro da Ugeirm.

Campanha incentiva doação para policiais de São Lourenço do Sul

Ugeirm incentiva doações em dinheiro para auxiliar policiais atingidos por tragédia

O sindicato promove campanha de doação para os policiais de São Lourenço do Sul. A cidade foi atingida por desastre natural de grandes proporções no dia 10 de março. A ideia de recolher assinaturas de colegas para efetivar desconto em folha de pagamento resta agora inviabilizada pelo sistema adotado pela Sefaz.

A Ugeirm propõe doação de 20 reais diretamente na conta-corrente aberta para tal fim. Os depósitos podem ser feitos no Banrisul: agência 0870, conta 0685530202 (conta "SOS Polícia Civil"). Os policiais de São Lourenço farão entre si rateio dos valores arrecadados. "Num primeiro momento, muitos querem ajudar, mas depois se esquecem. Faz dois meses que aconteceu e os policiais ainda precisam de ajuda", sublinha Isaac Ortiz.

Com mais de 40 mil habitantes, incluindo a área rural, quase a metade foi atingida. Estima-se que 60% da população da zona urbana tiveram prejuízos físicos ou materiais: e é lá que residem os agentes policiais. Dos nove agentes lotados em São Lourenço do Sul, seis estão recomeçando a vida. Outros dois policiais que têm residência na cidade também estão entre as vítimas. Ao todo, são oito colegas.

Enxurrada

O momento de emergência passou, mas eles perderam pra-

ticamente todos os móveis e roupas. Dois policiais perderam seus automóveis. Felizmente, nenhum morreu ou perdeu familiares, nem teve a própria casa interditada após a tragédia. "Fala-se que foi uma enchente, mas na verdade foi uma enxurrada muito forte que atingiu justamente a área mais populosa da cidade", conta um dos agentes atingidos.

Na madrugada daquele dia, um carro de som ainda conseguiu avisar moradores da tragédia antes de a cidade ser arrasada – graças a ele, aliás, o número de vítimas fatais não foi maior. A enxurrada já havia atingido diversas áreas da zona rural e seguia forte em direção à cidade, onde chegaria em poucos minutos.

O arroio que passa à margem de São Lourenço do Sul, na região mais baixa do município, não suportou o volume d'água: transbordou e teve seu curso redesenhado em pontos de curvas naturais até chegar à Lagoa dos Patos. A enxurrada "varreu" tudo o que havia pela frente.



Diretores da Ugeirm visitaram DP de São Lourenço do Sul no mês de abril para comunicar campanha

Dez minutos

Do momento em que a água invadiu as residências até ultrapassar mais de um metro de altura dentro das casas, foram cerca de dez minutos. A subida se dava a olhos vistos. Deu tempo de salvar os filhos, os idosos com dificuldade de locomoção, pegar um ou outro documento e buscar refúgio em um sobrado ou

na parte mais alta da cidade. E só.

A água inutilizou sofás e camas, invadiu roupeiros, destruiu móveis e eletrodomésticos. Não era somente água, mas mistura de esgoto e resíduos de agrotóxicos trazidos da zona rural. Animais domésticos que não foram salvos não raras vezes adoeceram ou morreram. Diversos moradores ti-

veram leptospirose.

Nos dias seguintes, houve falta de água, de comida e de roupas para muitos. Não havia mantimentos suficientes no supermercado que abriu as portas e filas na única padaria. "Nos primeiros dias, houve desespero mesmo. Havia um cheiro insuportável dentro de casa. Agora é vida que segue", conta uma policial.

Ugeirm visita DPs do interior

Dirigentes do sindicato também visitaram Bagé, Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi e Osório



Santana do Livramento



Lajeado



Rio Grande

Policiais elegem diretoria da Ugeirm para o próximo triênio

Ao completar 31 anos, sindicato renova compromisso de defender os direitos de policiais

Com 66,2% dos votos válidos, a Chapa 1, liderada por Isaac Ortiz, venceu a eleição e vai conduzir as ações do sindicato no triênio 2011/2014. Ao todo, mais de dois mil policiais – 331 na capital e 1.386 no interior – participaram do processo eleitoral.

A Chapa 2, que tinha Leda Marisa da Silva dos Santos como candidata a presidente, teve 33,8% dos votos válidos. O pleito transcorreu sem nenhum incidente no dia 18 de março. Na capital, a urna ficou no Palácio da Polícia, onde integrantes das duas chapas e policiais eleitores deram verdadeira demonstração de respeito à democracia interna ao longo do dia, marcado pela tranquilidade e cordialidade entre todos.

A apuração foi na sede da Ugeirm no dia 24 de março e a posse, no dia 19 de abril, conforme previsto em edital. No dia da posse, foi aprovada a prestação de contas de 2010, bem como o balanço da gestão que encerrou o mandato, conforme parecer do Conselho Fiscal da entidade. À noite, houve também a reinauguração do Hotel de Trânsito da Ugeirm (veja página 6).

Diretoria eleita

Presidente: Isaac Delivan Lopes Ortiz
Vice-presidente: Fábio Nunes Castro
2º Vice-presidente: Magda Regina Squinzani Lopes
Secretário-geral: Edgar Guilherme da Costa Filho
1º Secretário: Luiz Vaz da Costa
2º Secretário: Aníbal Deitos



Isaac Ortiz (de pé) toma posse do mandato para o triênio 2011/2014



Conselho aprova prestação de contas apresentada no dia 19 de abril

Diretor Financeiro: Cláudio Abel Wohlfahrt
Diretora Financeira Adjunta: Sônia Aparecida Araújo Moreira
Diretor Jurídico: Gilson Ávila Martinez
Diretor de Administração: Nestor Vieira Chaves
Diretor Assistencial: Jorge Alberto Ferreira Diogo
Diretor do Interior: Leonel Jorge Rodrigues
Diretor da Capital: Leonardo Schneider de Almeida
Diretor Cultural: Jorge Rodrigues Kulmann
Diretora de Assuntos de Gênero: Neiva Carla Back Leite
Diretor Social: Luiz Henrique Aguzzi Lamadril
Diretora de Patrimônio:

Rosalíria Lemes Lorentz
Diretor de Assuntos Institucionais: Marcelo de Araújo
Diretor de Aposentados: Carlos Lacedi Lopes Passos
Diretor de Imprensa: Antônio Carlos Pinto Rosa
Diretor de Assuntos Inter-sindicais: Bráz Eduardo Souza Caíno
Diretor de Esportes: José Edi da Cunha Santos

Conselho Fiscal (Titulares)
 Régis Adriani Correa Nunes
 Sérgio Roberto Dias Lougue
 Adroaldo Alves Barboza

Conselho Fiscal (Suplentes)
 Marcos Jurandir Kaefer
 Élbio Carlos Bock
 Sirleti Rodrigues Brasil

Ugeirm lança campanha pela PEC da Verticalidade

A Ugeirm lançou, em janeiro, a coleta de assinaturas para encaminhar uma proposta de Emenda à Constituição estadual. O objetivo é restabelecer a verticalidade entre os salários de todos os policiais civis. Pelo texto, o agente policial deve perceber remuneração equivalente a, no mínimo, 60% do vencimento de delegado de 4ª Classe.

É fundamental a participação de todos os agentes policiais, de todas as regiões, para a coleta de assinaturas. O formulário, disponível no site da Ugeirm, deve circular entre amigos, vizinhos, familiares e onde exista concentração de pessoas. Cerca de cinco mil pessoas já endossaram nossa iniciativa até o momento, mas o esforço precisa continuar.

A sugestão de elaborar a PEC da Verticalidade, a ser protocolada em forma de proposta de iniciativa popular, foi acolhida pelo sindicato a partir de contribuição do professor Romeu Karnikowski – que também formulou proposta semelhante para servidores de nível médio da Brigada Militar.

Conforme o artigo 68 da Constituição Estadual, uma PEC de iniciativa popular demanda a apresentação de 70 mil assinaturas de apoio em pelo menos 50 municípios. Na coleta de assinaturas, portanto, é importante que o apoiador informe seu documento de identidade e a cidade em que tem domicílio eleitoral.

Histórico e justificativa

A extinção da verticalidade, a partir de 1992, inaugurou o aprofundamento do abismo entre salários na Polícia Civil. É preciso assegurar legalmente a correta hierarquização de salários – o que não prejudicará encaminhamento de plano de carreira, que também defendemos.

Salário na proporção certa para todos.

VERTICALIDADE
 Isso é justiça.

UGERM
 SINDICATO

O objetivo, tal como consta na justificativa da proposição, é o “de constitucionalizar a justa remuneração vertical dos policiais civis para evitar o que aconteceu com a supressão desse princípio remuneratório”.

Pedido de ajuda

O investigador de Polícia Alexandre Fernando Kleinert Porto, já aposentado, pede colaboração dos colegas. Seu filho, Rafael, está com oito anos e tem paralisia cerebral.

Rafael ainda não caminha

e não fala. Ele usa fraldas e também precisa de cuidados especiais na alimentação. Recentemente, foi submetido a uma cirurgia para alongamento dos tendões, o que permitirá que ele toque o chão corretamente com

a planta do pé.

Correu tudo bem no pós-operatório. “Ele é o meu anjo”, derrete-se o pai. O procedimento cirúrgico foi a indicação para que ele possa andar e se tornar um pouco independente, mas será

necessária fisioterapia intensiva nos próximos meses. Rafael também precisa de fonoaudiologia, estimulação de sentidos, entre outros procedimentos terapêuticos que oneram a família.

Para colaborar, com qualquer

quantia, pode ser feito depósito no Banrisul. A agência é 0834 e a conta-corrente é 0810276407. O titular da conta é o colega policial civil. A mãe, Liliane, também agradece antecipadamente a ajuda.

Prestação de contas do ano de 2009

ATIVO			439.673,99
Circulante			
Disponível		47.571,90	
Caixa	12.254,89		
Bancos C/Movimento	11.369,20		
Aplicação de Liquidez Imediata	23.947,81		
Banrisul cta Aplic. Financeiras	511,86		
Bco Real S/A - Cla. Poupança	20.245,26		
Bco Real S/A - Tit. Capitalização	3.064,78		
Bco REal S/A - Cla. Aplic. CDB/CDI	125,91		
Direitos Realizáveis a Curto Prazo		392.102,09	
Adiantamentos	73.395,55		
Antecipação Verbas	1.451,20		
Tesouro do Estado do RS	134.600,19		
Créditos e Convênios Diversos	179.354,93		
Impostos a Compensar/Recuperar	25,04		
Outros Valores a Receber	375,00		
Estoque Loja Ugeirm	2.011,20		
Realizável a Longo Prazo			0,00
Virs. Rejeitados no Tes. Estado RS		0,00	
Despesas do Exercício Seguinte	888,98		
Não Circulante			1.065.249,61
Imobilizado		1.045.039,41	
Intangível		20.210,20	
Ativo Total			1.504.923,60

PASSIVO+PATRIMÔNIO LÍQUIDO			92.580,04
PASSIVO			
Circulante		90.557,44	
Obrigações Operacionais	58.221,03		
Obrigações Financeiras	17.475,19		
Obrigações Trabalhistas	6.321,00		
Obrigações Tributárias	2.715,15		
Outras Obrigações	5.825,07		
Exigível a Longo Prazo			0,00
Encargos Trabalhistas		0,00	
Prov. p/Parc. Previdência Social	0,00		
Não Circulante		2.022,60	
Obrigações Tributárias	2.022,60		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			1.412.343,66
Fundo Patrimonial		67.749,47	
Patrimônio Social	67.749,47		
Resultados Patrimoniais		1.344.594,09	
Superávits Acumulados	1.207.709,41		
Superávits do Exercício	136.884,68		
Passivo + Patrimônio Líquido Total			1.504.923,60

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2009.				
(Valores Expressos em R\$)				
Patrimônio Líquido	Fdo. Patrim. Soc.	Superavit Acumulado	Superavit/Déficit Exerc.	Soma
Saldo Inicial	67.749,47	1.207.120,27	0,00	1.274.869,74
Ajuste Exerc. Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
Result. do Exercício	0,00	0,00	136.884,68	136.884,68
Saldo Final	67.749,47	1.207.120,27	136.884,68	1.411.754,42
Varição	0,00	0,00	136.884,68	136.884,68

Demonstração do Fluxo de Caixa Pelo Método Direto em 31/12/2009.		
(Valores Expressos em R\$)		
I - Atividades Operacionais	Valor	%
Recebimento de Receitas Sociais	1.111.607,87	65,9
Recebimento de Receitas Operacionais	25.962,38	1,54
Recebimento de Venda de Material Personalizado	2.221,00	0,13
Recebimento de Outras Receitas	2.000,00	0,12
Recebimento de Receitas Financeiras	34,00	0,01
Recebimento de Convênios Diversos	544.897,46	32,3
Pagamento de Material Personalizado	(2.215,00)	-0,13
Pagamento Despesas Trabalhistas	(118.753,76)	-7,04
Pagamento de Encargos Sociais	(55.081,70)	-3,26
Pagamento de Despesas Administrativas	(841.357,36)	-49,88
Pagamento de Despesas Financeiras	(7.699,56)	-0,46
Pagamento de Despesas Tributárias	(24.888,83)	-1,47
Pagamentos de Adiantamentos a Terceiros	(76.857,44)	-4,56
Pagamento de Antecipação de Verbas	(1.451,20)	-0,09
Pagamento de Convênios Diversos	(517.701,17)	30,69
Saldo Antes das Atividades de Investimento	40.716,69	2,42
II - Atividades de Investimento		
Recebimento Venda Imobilizado	0	
Recebimento de Rend. de Aplic. Financeiras	1094,15	0,06
Pagamento de Imobilizado	(20.765,53)	-1,23
Saldo Antes das Ativ. de Financiamento	21.045,31	1,25
III - Atividades de Financiamento		
Saldo das Atividades de Financiamento	21.045,31	1,25
(=) Acréscimo de Caixa ou Equiv. de Caixa	21.045,31	1,25
Varição de Caixa ou Equiv. de Caixa		
Disponível Inicial	26.526,59	1,57
Disponível Final	47.571,90	2,82
(=) Variação do Período	21.045,31	1,25

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.

Isaac Delivan Lopes Ortiz Presidente	Carlos Lacedi Lopes Passos Diretor Financeiro
João Arcanjo Gonçalves da Silva Contador - CRC/RS : 39.905 - CPF : 228.782.700-53 (Assinaturas firmadas na forma da Lei)	

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO SOCIAL LEVANTADO EM 31/12/2009.		
(Valores expressos em R\$)		
RECEITAS		
Receitas Sociais		
Mensalidades	1.213.248,95	
(-) Reversão de Mensalidades	-1.123,83	
Reembolsos Diversos	80,00	1.212.205,12
Receitas Patrimoniais		
Colônia de Férias	100,00	
Receitas ref. Convênios	16.536,45	
Hotel de Trânsito	43.381,94	
Publicidade Jornal UGEIRM	0,00	
Reembolsos Diversos	53.467,94	
(-) Revesão Hotel de Trânsito	-27,00	
Receitas Patrimoniais	2.691,00	116.150,33
Receitas Extraordinárias		
Outras Receitas	3.510,00	
Doações de Patrocínios e Eventos	2.000,00	
Reembolso Honorários Adv. Ação 19%	5.537,50	11.047,50
Receitas de Cursos e Eventos Sindicais	0,00	
Resultado Bruto		1.339.402,95
(-) DE SPE SAS		
Despesas Operacionais		
Despesas Gerais e Administrativas	-577.020,41	
Despesas Trabalhistas	-138.235,88	
Encargos Sociais	-45.546,96	
Despesas Sociais	-432.011,97	
Despesas Tributárias	-3.757,84	
Despesas Financeiras	-7.699,56	
(-) Receitas Financeiras	1.754,35	-1.202.518,27
Resultado Líquido Operacional		136.884,68
Receitas Não Operacionais		
Receita de Alienação de Imóveis	0,00	0,00
Superávit do Exercício		136.884,68

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras, Patrimoniais e Econômicas levantadas em 31 de dezembro de 2009.

- A UGEIRM/SINDICATO dos Escrivães, Inspectores e Investigadores de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul é uma instituição sindical que tem por objetivo principal a representação e a defesa irrestrita dos interesses profissionais e legais da classe dos servidores que a compõe.
- Os procedimentos contábeis que resultaram nas demonstrações levantadas em 31/12/2009, foram realizados de acordo com a Lei 6404/76, das Sociedades Anônimas, alterações conforme Lei 11.638/2007, com os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- A UGEIRM/SINDICATO por ser uma entidade sindical sem fins lucrativos está enquadrada como isenta perante a Receita Federal do Brasil, conforme legislação do Imposto de Renda em vigor.

Isaac Delivan Lopes Ortiz (Presidente) CPF/MF: 251.230.840-53
João Arcanjo Gonçalves da Silva (Contador - CRC/RS : 39.905) CPF/MF: 228.782.700-53
Carlos Lacedi Lopes Passos (Diretor Financeiro) CPF/MF: 055.410.260-91

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os componentes do Conselho Fiscal da UGEIRM/SINDICATO, abaixo identificados e firmados, em cumprimento ao disposto nas letras a, b, c e d, do artigo 39, seção VII, do estatuto social da entidade, reunidos ordinariamente em diversas oportunidades na sede administrativa, conforme livro de presença e de atas do egrégio conselho, após a apreciação e análise dos relatórios financeiros, patrimoniais e econômicos do sindicato, bem como, dos documentos comprobatórios que os originaram, do período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009, resolvem, por unanimidade, aprovar as contas e os respectivos relatórios apresentados, por refletirem com exatidão a realidade financeira, patrimonial e econômica da UGEIRM/SINDICATO.

Encaminham o presente parecer para ser levado à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, propondo a aprovação das contas e os relatórios financeiro, patrimonial e econômico da entidade, a ser realizada conforme o previsto na letra a, artigo 7, capítulo II do Estatuto Social da UGEIRM/SINDICATO, de 08/03/97, registrado no Serviço do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre, em 21/10/97, fls. 103, livro A-15.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.

Sadi Pedroso
Presidente do Conselho Fiscal
CPF/MF: 091.267.750-34

Carlos Ely Fontoura Machado
Secretário do Conselho Fiscal
CPF/MF: 451.510.670-87

Lisiane Maria Paganotto
Relatora do Conselho Fiscal
CPF/MF: 581.627.040-00
(Assinaturas firmadas na forma da Lei)

Prestação de contas do ano de 2010

BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO APURADO EM 31/12/2010			
(Valores expressos em R\$)			
ATIVO			
Circulante			410.859,43
Disponível		13.059,79	
Caixa	3.425,61		
Bancos C/Movimento	3.931,89		
Aplicação de Liquidez Imediata	5.702,29		
Barrisul da Aplic. Financeiras	543,26		
Bco Real S/A - Cla. Poupança	1.489,36		
Bco Real S/A - Tit. Capitalização	3.544,78		
Bco REal S/A - Cla. Aplic. CDB/CDI	124,89		
Direitos Realizáveis a Curto Prazo		397.799,64	
Adiantamentos	32.933,54		
Antecipação Verbas	1.335,29		
Tesouro do Estado do RS	136.051,06		
Créditos e Convênios Diversos	217.330,71		
Impostos a Compensar/Recuperar	42,67		
Estoque Loja Ugerm	9.234,45		
Despesas do Exercício Seguinte	871,92		
Não Circulante			1.276.292,16
Imobilizado		1.256.081,96	
Intangível		20.210,20	
Ativo Total			1.687.151,59

PASSIVO+PATRIMÔNIO LIQUIDO			
PASSIVO			468.739,83
Circulante		467.917,23	
Obrigações Operacionais	158.122,73		
Obrigações Financeiras	293.408,99		
Obrigações Trabalhistas	13.465,13		
Obrigações Tributárias	7.791,00		
Outras Obrigações	5.129,38		
Não Circulante		822,60	
Obrigações Tributárias	822,60		
PATRIMÔNIO LIQUIDO			1.218.411,76
Fundo Patrimonial		67.749,47	
Patrimônio Social	67.749,47		
Resultados Patrimoniais		1.150.662,29	
Superavits Acumulados	1.341.032,75		
Déficits do Exercício	(190.370,46)		
Passivo + Patrimônio Líquido Total			1.687.151,59

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2010				
(Valores Expressos em R\$)				
Patrimônio Líquido	Fdo. Patrim. Soc.	Superavit Acumulado	Superavit / Déficit Exerc.	Soma
Saldo Inicial	67.749,47	1.344.594,09	0,00	1.412.343,56
Ajuste Exerc. Ant.	0,00	-3.561,34	0,00	-3.561,34
Result. do Exercício	0,00	0,00	-190.370,46	-190.370,46
Saldo Final	67.749,47	1.341.032,75	-190.370,46	1.218.411,76
Varição	0,00	-3.561,34	-190.370,46	-193.931,80

Demonstração do Fluxo de Caixa Pelo Método Direto em 31/12/2010			
(Valores Expressos em R\$)			
	Valor	%	
I - Atividades Operacionais			
Recebimento de Receitas Sociais	1.141.576,88	68,19	
Recebimento de Receitas Operacionais	5.121,64	0,30	
Recebimento de Venda de Material Personalizado	10.377,00	0,62	
Recebimento de Outras Receitas	7.255,06	0,43	
Recebimento de Receitas Financeiras	17,02	0,01	
Recebimento de Convênios Diversos	509.543,54	30,45	
Pago Devolução de Mensalidades	(22,50)	-0,01	
Pagamento de Material Personalizado	(10.767,50)	-0,64	
Pagamento Despesas Trabalhistas	(116.164,17)	-6,93	
Pagamento de Encargos Sociais	(73.843,89)	-4,41	
Pagamento de Despesas Administrativas	(1.135.039,67)	-67,81	
Pagamento de Despesas Financeiras	(5.145,12)	-0,31	
Pagamento de Despesas Tributárias	(36.988,91)	-2,21	
Pagamentos de Adiantamentos a Terceiros	(32.933,54)	-1,97	
Pagamento de Antecipação de Verbas	(1.335,29)	-0,07	
Pagamento de Convênios Diversos	(307.963,34)	-18,4	
Saldo Antes das Atividades de Investimento	(46.312,79)	-2,76	
II - Atividades de Investimento			
Recebimento Venda Imobilizado	0		
Recebimento de Rendimentos de Aplicações Financeiras	761,37	0,04	
Pagamento de Imobilizado	(182.274,01)	-10,89	
Saldo Antes das Atividades de Financiamento	(227.825,43)	-13,61	
III - Atividades de Financiamento			
Recebimento de Empréstimo ABN Amro Real S/A	335.031,22	20,01	
Pagamento de Empréstimos ABN Amro Real S/A	(147.801,39)	-8,82	
Recebimento de Empréstimo Barrisul Ag. J. Pessoa	6.083,49	0,36	
Saldo das Atividades de Financiamento	(34.512,11)	-2,06	
(=) Acréscimo de Caixa ou Equivalentes de Caixa	(34.512,11)	-2,06	
Varição de Caixa ou Equivalentes de Caixa			
Disponível Inicial	47.571,90		
Disponível Final	13.059,79		
(=) Variação do Período	(34.512,11)	-2,06	

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

Isaac Delivan Lopes Ortiz
PresidenteCarlos Lacedi Lopes Passos
Diretor FinanceiroJoão Arcanjo Gonçalves da Silva
Contador - CRC/RS : 39.905 - CPF : 228.782.700-53
(Assinaturas firmadas na forma da Lei)

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO SOCIAL LEVANTADO EM 31/12/2010			
(Valores expressos em R\$)			
RECEITAS			
Receitas Sociais			
Mensalidades	1.251.990,60		
(-) Reversão de Mensalidades	-22,50		
Reembolsos Diversos	0,00	1.251.968,10	
Receitas Patrimoniais			
Colônia de Férias	524,86		
Receitas ref. Convênios	10.749,43		
Hotel de Trânsito	9.114,50		
Publicidade Jornal UGERM	0,00		
Reembolsos Diversos	52.951,37		
(-) Reversões Diversas	-37,42		
Receitas Patrimoniais	13.152,64	86.455,38	
Receitas Extraordinárias			
Outras Receitas	10.665,24		
Doações de Patrocínios e Eventos	0,00		
Reembolso Honorários Adv. Ação 19%	249,50		
Receitas de Cursos e Eventos Sindicais	0,00	10.914,74	
Resultado Bruto			1.349.338,22
(-) DE SPESA S			
Despesas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	(796.083,31)		
Despesas Trabalhistas	(148.414,70)		
Encargos Sociais	(59.076,50)		
Despesas Sociais	(451.006,52)		
Despesas Tributárias	(8.656,12)		
Despesas Financeiras	(77.822,40)		
(-) Receitas Financeiras	1.350,87	(1.539.708,68)	
Resultado Líquido Operacional			(190.370,46)
Déficit do Exercício			(190.370,46)

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras, Patrimoniais e Econômicas levantadas em 31 de dezembro de 2010.

- A UGERM/SINDICATO dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul é uma instituição sindical que tem por objetivo principal a representação e a defesa irrestrita dos interesses profissionais e legais da classe dos servidores que a compõe.
- Os procedimentos contábeis que resultaram nas demonstrações levantadas em 31/12/2010, foram realizados de acordo com a Lei 6404/76, das Sociedades Anônimas, alterações conforme Lei 11.638/2007, com os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- A UGERM/SINDICATO por ser uma entidade sindical sem fins lucrativos está enquadrada como isenta perante a Receita Federal do Brasil, conforme legislação do Imposto de Renda em vigor.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

Isaac Delivan Lopes Ortiz Presidente CPF/MF: 251.230.840-53	Carlos Lacedi Lopes Passos Diretor Financeiro CPF/MF: 055.410.260-81
João Arcanjo Gonçalves da Silva Contador - CRC/RS : 39.905 CPF/MF: 228.782.700-53 (Assinaturas firmadas na forma da Lei)	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os componentes do Conselho Fiscal da UGERM/SINDICATO, abaixo identificados e firmados, em cumprimento ao disposto nas letras a, b, c e d, do artigo 39, seção VII, do estatuto social da entidade, reunidos ordinariamente em diversas oportunidades na sede administrativa, conforme livro de presença e de atas do egrégio conselho, após a apreciação e análise dos relatórios financeiros, patrimoniais e econômicos do sindicato, bem como, dos documentos comprobatórios que os originaram, do período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, resolvem, por unanimidade, aprovar as contas e os respectivos relatórios apresentados, por refletirem com exatidão a realidade financeira, patrimonial e econômica da UGERM/SINDICATO.

Encaminham o presente parecer para ser levado à apreciação da Assembléia Geral Ordinária, propondo a aprovação das contas e os relatórios financeiro, patrimonial e econômico da entidade, a ser realizada conforme o previsto na letra a, artigo 7, capítulo II do Estatuto Social da UGERM/SINDICATO, de 08/03/97, registrado no Serviço do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre, em 21/10/97, fls. 103, livro A-15.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

Sadi Pedroso
Presidente do Conselho Fiscal
CPF/MF: 091.267.750-34Carlos Ely Fontoura Machado
Secretário do Conselho Fiscal
CPF/MF: 451.510.670-87Lisiane Maria Paganotto
Relatora do Conselho Fiscal
CPF/MF: 581.627.040-00
(Assinaturas firmadas na forma da Lei)

Comunidades se mobilizam contra remoções para a Copa 2014

Cerca de 10 mil famílias de Porto Alegre e de Canoas podem ser removidas de suas casas devido às obras previstas para a Copa do Mundo de 2014, entre elas a duplicação da avenida Tronco e a construção da Rodovia do Parque. O destino dessas pessoas está mobilizando as comunidades, que estão se organizando nos Comitês Populares da Copa.

Porto Alegre tem uma oportunidade única. A realização da Copa do Mundo de 2014 deixará um legado, que pode ser bom ou muito ruim.

Hoje em dia, esses megaeventos estão associados à execução de grandes projetos de intervenção urbana. A organização desses grandes eventos passa a fazer parte de um tipo de modelo de planejamento urbano, o “empresariamento urbano”.

Para o professor da Faculdade de Arquitetura da Ufrgs João Rovatti, seria importante que a Copa gerasse um fortalecimento da preocupação com o planejamento urbano. Segundo ele, existe um consenso das autoridades em torno do legado positivo da Copa, mas poucos lembram que as obras para o evento podem gerar uma herança negativa para diversos setores da população. “Temos que nos preocupar em adaptar a Copa à cidade, e não o contrário. Qual é o papel da Secretaria de Planejamento Urbano? Eles já não tinham poder de decisão. Agora, têm menos ainda, já que tem a Secretaria da Copa”, destacou.

Pobres nas periferias

A experiência em outros países por onde a Copa passou mostra somente intervenções pontuais, capazes de estimular uma renovação urbana e o aburguesamento em diferentes áreas de cidade. Essas áreas, valorizadas por obras de infraestrutura e pela proximidade de equipamentos esportivos, para atrair investimentos e novos negócios, tornam-se palco de despejos e remoções dos moradores pobres.

Em Porto Alegre não está sendo diferente. A maioria das áreas de interesse social mapeadas pela prefeitura, para onde deverão ser removidas as famílias, está localizada nos pontos

extremos da Capital, e não contam com a infraestrutura necessária para atender às necessidades dessas populações. “É uma ilusão achar que é barato remover para as periferias ao invés de urbanizar as áreas que essas famílias já ocupam”, ressalta o cientista político Sérgio Baierle. “É possível reassentar as populações envolvidas próximo ao seu antigo local de moradia. Há espaço para isso”.

No entanto, segundo ele, o poder público alega que seria muito oneroso fazê-lo, já que os valores dos terrenos ao redor são muito altos. “Esse argumento esconde um outro problema do poder público, que não consegue controlar os preços dos imóveis. Mesmo assim, o custo do reassentamento do jeito que está sendo feito (enviando as pessoas para a Restinga, Lomba do Pinheiro e zona Nordeste) deverá ser maior para os cofres públicos a longo prazo. A infraestrutura dessas zonas já é insuficiente para a população hoje, ao passo que nos locais de moradia atual as pessoas já contam com a infraestrutura, não será preciso construir mais escolas, hospitais, creches”, avalia.

Expropriação

Baierle apontou que todos os casos de remoções têm em comum a expropriação, que ocorre respaldada por um consenso construído pela mídia. Fazem uma campanha e depois uma pesquisa de opinião pública. Isso aconteceu no caso dos camelôs. “A opinião é um produto”, sintetiza. E a informação é produzida de maneira desigual. Por exemplo? Até hoje as pessoas que moram na Av. Tronco (Moab Caldas) não sabem se a obra passará por suas casas, pois não têm acesso ao traçado das obras.

Além disso, enquanto essas “grandiosas obras” são realiza-



das, problemas antigos permanecem sem solução. Segundo o Orçamento Participativo (2005-2009) há 205 demandas ligadas à questão habitacional, das quais apenas 32 (16%) estão concluídas. Esse problema não seria muito difícil de resolver, uma vez

que o déficit habitacional da cidade corresponde ao número de imóveis desocupados.

“As reformas de que se falava na década de 1980 não foram realizadas. Hoje se fazem várias conferências, tudo fica no espaço de interação”, aponta Baierle.

Baierle faz uma analogia dos Portais da Cidade com os portões de um castelo. A ideia é proteger a cidade da população, tornando o consumo o único ato social não passível de criminalização. Ou seja, quem não tem dinheiro fica de fora da festa.

Ministério estuda legalizar bico durante a Copa

Adiando a discussão acerca da necessária valorização dos profissionais de segurança pública com o piso salarial de policiais civis e militares, o governo federal estuda a possibilidade de permitir o bico durante a Copa do Mundo e a Olimpíada do Rio de Janeiro.

A ideia de legalizar o bico em segurança privada ainda não saiu do papel. Custa crer que este é o legado que a presidente Dilma Rousseff pretende deixar para os gaúchos, bem como para os cidadãos de outras nove capitais, na área da segurança pública.

No discurso, o governo defende que grandes eventos esportivos devem deixar no país investimentos que se traduzam em melhoria da qualidade de vida: transporte, turismo, infraestrutura e, por óbvio, segurança - ponto sensível para o Brasil segundo a imprensa internacional.

A legalização do bico foi revelada pelo diretor da Força Nacional de Segurança Pública e coordenador da comissão para a segurança da Copa e da Olimpíada, Alexandre Aragon. A notícia foi inicialmente publicada na Folha de São Paulo e, em seguida, repercutiu em Zero Hora.

Conforme o noticiário, o Ministério da Justiça trabalha pela adequação da legislação para autorizar que policiais atuem nos estádios, como seguranças privados, no período de descanso. A proposta deixou indignados dirigentes da Abamf, da Ugeirm e da representação de vigilantes particulares ouvidos pela reportagem de ZH.

“A legalização do bico é a legalização da miséria, é o governo se isentando de pagar bem o policial”, reagiu Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm (com informações da Folha de S. Paulo e Zero Hora).